

Machado, Helena; Prainsack, Barbara (2014),
Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI

Diana Miranda



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6051>

DOI: 10.4000/rccs.6051

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2015

Paginação: 118-121

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Diana Miranda, « Machado, Helena; Prainsack, Barbara (2014), *Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 107 | 2015, posto online no dia 04 setembro 2015, consultado o 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6051> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.6051>



Recensões

Aragón, Luis E. (2013), *Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec Editoria, 324 pp.

Neste livro discutem-se cinco questões, cada uma num capítulo, com o propósito de incitar debates sobre os grandes desafios ambientais, sociais e econômicos que envolvem o desenvolvimento da Amazônia: 1. Amazônia, conceito polissêmico?; 2. Amazônia vazia demográfico?; 3. Amazônia, terra incógnita?; 4. Migração internacional, nova descoberta da Amazônia?; 5. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? Esses questionamentos, argumenta o autor, “alicerçam-se na premissa de que o conhecimento da região é condição essencial para alcançar o desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado” (p. 286).

Na discussão dessas questões vários temas são tratados, destacando-se: a conservação da biodiversidade, o desmatamento, os povos tradicionais, a socioeconomia, a demografia, a energia, a mineração, a água, a cooperação internacional e a migração. Analisar a formação histórica da Amazônia, uma região extremamente heterogênea de mais de 7,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 35 milhões de pessoas, compartilhada por nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e França/Guiana Francesa) não é nada fácil. Contudo, o autor consegue superar entre outras limitações a falta de dados padronizados, a diversidade de definições, os diferentes interesses políticos e econômicos com que é vista a região pelos diversos países e os períodos divergentes que acompanham a história de cada país.

O primeiro capítulo, “Amazônia, conceito polissêmico?”, aborda a invenção e reinvenção da Amazônia conforme as circunstâncias e os interesses que ela desperta. Analisam-se as controvérsias relacionadas com as diferentes formas de definir fisicamente a Amazônia, discute-se a Amazônia como uma área de intervenção, e debate-se a visão da Amazônia como uma marca para fidelizar consumidores. Conclui-se que a Amazônia converteu-se, por isso, num conceito polissêmico com múltiplos significados que servem propósitos diversos. O segundo capítulo trata da questão: “Amazônia, vazia demográfico?”. Para o autor, “o mito do vazio amazônico é a visão do conquistador, que vê a região como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada” (p. 54). Essa visão permite a negação do homem amazônico e de sua cultura; o homem torna-se invisível, e, portanto, nada ou pouco representa. O atraso que vive a Amazônia em relação às outras regiões dos países que têm territórios na região é reflexo dessa concepção, que considera a região como a grande reserva de recursos naturais para alavancar o progresso dos países, sem dar valor ou potenciação ao conhecimento, às práticas, e às capacidades ali presentes.

Conclui-se que na Amazônia se processa uma intensa dinâmica demográfica onde se vivem piores condições de vida em relação aos respectivos países, fruto da exploração da região como simples fornecedora de matérias-primas, do pouco atendimento às necessidades de sua população,

e da percepção da região como válvula de escape dos problemas nacionais.

O terceiro capítulo é o mais extenso. Discute-se a questão: “Amazônia, terra incógnita?”. De forma metafórica, o autor utiliza esse termo para analisar a história da Amazônia a partir do contato europeu e suas principais transformações demográficas e espaciais ocorridas em cada país. Aragón buscou demonstrar que a região sempre foi vista como área de exploração e de ocupação, que era necessário integrar ao domínio das potências ou países que a disputaram, desconhecendo-se suas próprias potencialidades de desenvolvimento. E que ela é ainda vista como uma área distante, uma fronteira de recursos, um Eldorado, cujas riquezas fabulosas estariam à espera de sua exploração. E que sobre esse mito baseiam-se as políticas de desenvolvimento, resultando em constantes conflitos violentos.

O quarto capítulo, “Migração internacional, nova descoberta da Amazônia?”, revela a importância que a migração internacional vem desempenhando na região nos últimos anos. A visibilidade que alcançou a Amazônia em nível global, a abertura de rotas de trânsito integrando fisicamente toda a América do Sul, a abertura das riquezas da região ao mercado mundial, o fomento ao turismo ecológico, e o próprio processo de globalização permitem ver a relevância da migração internacional no futuro da região. E já se conseguem perceber importantes processos relacionados com a migração internacional na região que demandam tratamento urgente, como, por exemplo, a fuga de capital humano que assola a Guiana e o Suriname; a migração de garimpeiros às Guianas; o tráfico internacional de seres humanos e redes de prostituição que circulam na Amazônia; o surgimento de novos fluxos, como o dos haitianos, e a mobilidade transfronteiriça com pouca fiscalização. E também os

impactos econômicos e sociais das remessas do exterior; a herança deixada por imigrantes europeus, japoneses e de outras nacionalidades que hoje representa importante fator de desenvolvimento econômico, social e cultural da região; e o surgimento da Guiana Francesa como polo de atração, por sua condição de território europeu na região. Nesse sentido, o tocante à livre mobilidade de mão de obra no contexto de blocos regionais merece atenção especial, pouco abordada por Aragón. Sendo a Guiana e o Suriname membros da Comunidade Caribenha (CARICOM), e outros países amazônicos membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), esse fenômeno pode tornar-se crucial na redistribuição da mão de obra na região. A livre circulação de mão de obra pode afetar negativamente as regiões mais pobres, pelo aumento da emigração, sobretudo dos mais preparados, como é demonstrado no caso da Guiana e do Suriname.

Por último, o quinto capítulo expõe a pergunta “Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?”. Discutem-se aqui as grandes problemáticas abordadas nos mais importantes foros mundiais que atingem a Amazônia, destacando-se o uso da água, as novas fontes de energia, o desmatamento, as áreas protegidas, a cooperação e a integração regional, e a capacidade científica regional, analisando-se os grandes desafios e oportunidades que tais problemáticas representam na busca do desenvolvimento sustentável na região.

Finalmente, o livro de Aragón representa uma obra informativa e instigante que deixa em aberto, como era seu objetivo, muitas perguntas sem resposta, para que o leitor faça sua avaliação e busque suas próprias respostas. E deixa um recado: “torna-se necessário reinventar a Amazônia num contexto novo, começando pelo

conhecimento de sua realidade no atual contexto internacional, suas transformações ao longo da história e seu papel relevante na geopolítica ambiental e econômica do mundo contemporâneo, sem esquecer as

pessoas, as comunidades, a gente que habita a região, com sua cultura, organização social e conhecimentos.” (p. 53).

Hisakbana Paboona Corbin

Emmi, Marília Ferreira (2013), *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 251 pp.

Durante o ciclo da exploração da borracha, que se estende desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, a Amazônia foi destino de grupos populacionais originários de diversos continentes e países. As riquezas decorrentes da economia da borracha atraíram, temporária ou definitivamente, os diferentes fluxos migratórios.

O censo brasileiro de 1872 registra 8728 estrangeiros nos estados do Pará (6529) e do Amazonas (2199), que representam respectivamente 3,8% e 2,4% da população total dos estados. A maioria correspondia a europeus, destacando-se portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, italianos e austríacos. Das Américas o censo registra principalmente argentinos, bolivianos, norte-americanos, paraguaios e peruanos.

Mais tarde, no início do século XX, chegaram os turco-árabes ou turco-asiáticos, denominações usadas para identificar os sírios e os libaneses; e ainda mais tarde, no final da década de 1920, noutra conjuntura econômica, chegaram à Amazônia os japoneses, segmento que já havia aportado em São Paulo, em 1908.

Tomando como principal referência teórica os trabalhos do argelino Abdelmalek Sayad, a autora analisa o fenômeno migratório como um fato social que envolve, na sua totalidade, duas sociedades, a de partida e a de chegada, e que insere o retorno, concreto ou desejado, como um

importante definidor do processo. Envolve também a especificidade dos grupos que se inserem na condição de ‘outro’ numa realidade social com traços culturais diversos daqueles característicos de sua identidade individual e social.

Nesse sentido, e seguindo os postulados de Sayad, a migração é analisada aqui como um movimento que comporta a emigração (e a qualidade de emigrante) e a imigração (e a condição de imigrante) na sua dupla dimensão: de fato coletivo e de itinerário individual.

Foram cinco os maiores fluxos de migrantes internacionais que se dirigiram para a Amazônia brasileira durante o período considerado (1850-1950): portugueses, italianos, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses. O livro é um minucioso estudo de cada um desses cinco fluxos que se dirigiram para a Amazônia ao longo de um século. Para cada grupo considerado são analisadas suas particularidades, o perfil sociodemográfico dos indivíduos participantes, e, principalmente, sua contribuição econômica, cultural, social e política para a formação histórica da região, concluindo com um relevante estudo comparativo dos cinco grupos.

Segundo a autora, esses cinco segmentos migratórios foram selecionados, não somente por serem os mais numerosos, mas também pela sua relevância na economia e na sociedade amazônica, e pela sua participação na composição demográfica e

cultural, os quais ainda hoje se perpetuam na memória social e no significativo contingente de descendentes que deixaram na região.

Dois momentos são particularmente significativos nesse processo migratório: o fim da escravatura no Brasil em 1888, e a queda da economia da borracha no início da segunda década do século XX. Com o fim da escravatura a imigração subsidiada pelo Estado, especialmente de europeus, foi intensificada para substituir a mão de obra escrava. Na Amazônia, especialmente no estado do Pará, foram experimentadas várias colônias agrícolas com a participação de europeus no Nordeste Paraense, mas com pouco sucesso. Contudo, paralelamente a essa imigração subsidiada, seguiu-se outra espontânea em que as cidades foram o destino principal, motivada pelas atividades econômicas em expansão ligadas à exploração da borracha.

Com a queda da economia da borracha, após ser superada pela produção do Sudeste Asiático, no início da segunda década do século XX, as grandes empresas produtoras e comerciais de borracha na Amazônia estagnaram ou saíram do país. Mas muitos estrangeiros ficaram e outros continuaram a chegar, substituindo vários dos empreendimentos outrora concentrados nas mãos de grandes companhias de produção e exportação de borracha. O censo de 1920, quando a economia da borracha estava em plena decadência, registrou no Pará 22 083 estrangeiros (2,2% da população total do Estado), e no Amazonas 16 936 (4,7% da população total do Estado). Surgem, como consequência, serviços especializados, pequenos comércios, pequenas indústrias e produção agrícola, para suprir as necessidades da população remanescente.

Os portugueses foram os primeiros a chegar. Eles já estavam na Amazônia,

na condição de imigrantes, segundo registros consulares, desde 1850; mas considerando o estatuto de colonizador, sua presença se remonta ao século XVII. Foi uma imigração predominantemente individual, masculina e de destino urbano, embora tenha se registrado a experiência de uma imigração rural subsidiada para colônias agrícolas, em número pouco significativo.

A entrada de imigrantes espanhóis na Amazônia se fortalece a partir de 1896, por meio de imigração subsidiada de famílias de agricultores destinadas às colônias agrícolas do estado do Pará. O censo de 1872 registra a presença de um pequeno número de espanhóis residentes no Pará e no Amazonas, possivelmente vindos por conta própria ou como membros de ordens religiosas. Há ainda o registro da presença de um reduzido número de espanhóis na colônia de Benevides, na zona Bragantina, em 1875.

No que se refere a italianos, registra-se a presença de pintores, arquitetos, músicos e outros artistas desde o século XVIII. Em meados do século XIX, arquitetos e engenheiros italianos foram responsáveis pela construção de obras públicas e particulares de interesse da elite da borracha, algumas das quais permanecem até hoje. Também vieram membros de ordens religiosas que se localizaram, sobretudo, nas capitais, atendendo determinações específicas de suas congregações. Contudo, a imigração de italianos aconteceu de forma mais sistemática a partir de 1899, quando, através de imigração subsidiada, famílias de agricultores se assentaram em colônias agrícolas situadas na área de influência da estrada de ferro Belém-Bragança. Paralelamente, outro fluxo formado por artesãos e pequenos proprietários, numa imigração por conta própria, se dirigiu para as capitais e outras cidades amazônicas.

A imigração sírio-libanesa apresenta características muito diferentes dos outros fluxos considerados. É uma imigração tipicamente laboral espontânea, vinculada principalmente ao comércio de varejo: eram mascates (caixeiros viajantes), que circulavam pelo país utilizando os mais diversos meios de transporte. Na Amazônia, principalmente ao longo dos rios, ou regatões, levando mercadorias aos mais afastados lugares. A imigração sírio-libanesa na Amazônia se fortaleceu no início do século XX, embora haja o registro, na década de 1880, de uma firma de navegação e exportação de um sírio e um estabelecimento comercial de um libanês em Manaus, e de duas firmas comerciais de libaneses em Belém.

A imigração dos japoneses na Amazônia foi tardia em relação aos outros fluxos estudados. A primeira leva de imigrantes aportou em Belém em 1929, quando a Amazônia sofria as consequências da decadência da borracha, portanto a sua chegada também estava relacionada com a economia da borracha, coincidindo, no entanto, não

com o auge, mas com a crise. A oferta da Amazônia como área de opção para receber imigrantes japoneses foi motivada pelo desejo das elites governamentais do Pará e do Amazonas de encontrar novos rumos econômicos, para mitigar os problemas econômicos e sociais decorrentes da crise da economia da borracha.

Neste livro buscou-se problematizar o processo imigratório dos diferentes segmentos a partir de reflexões teórico-metodológicas que permitissem visualizar a complexidade e as múltiplas dimensões que o fenômeno migratório comporta e também as especificidades de cada segmento.

Enfim, este livro analisa, com base em documentos primários e extensa revisão bibliográfica, a saga desses imigrantes que, com seu esforço, ajudaram a formar a diversidade cultural que caracteriza, hoje, a Amazônia. Torna-se, por isso, leitura obrigatória de estudantes, professores e pesquisadores interessados em entender a Amazônia de ontem e de hoje.

Luis E. Aragón

Gregório, Vitor Marcos (2012), *Uma face de Jango: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Prefácio de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Annablume/FAPESP, 356 pp.

A obra *Uma face de Jango: A navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*, de Vitor Marcos Gregório, veio preencher uma lacuna na literatura sobre o Amazonas e sua aproximação com a história da formação do Estado brasileiro, em especial o uso do rio Amazonas para a navegação comercial. A obra possibilita uma incursão aos bastidores político e econômico aos quais a história ensinada sobre o rio Amazonas nas escolas e nas universidades não faz menção.

A obra está assim organizada em duas partes. A primeira – *Projetos para a Amazônia* –

é constituída por cinco capítulos. No primeiro, o autor nos apresenta as discussões parlamentares de 1840 e 1864, ocorridas na Câmara dos Deputados e no Senado, onde “alguns empresários se propunham a navegar com barcos a vapor os rios Amazonas, Tocantins, Solimões, Negro e todos os seus afluentes, mediante a concessão de alguns favores por parte do governo central” (p. 33), tendo os deputados, segundo o autor, prontamente reconhecido o projeto como de “grande utilidade para o desenvolvimento não somente da região amazônica, mas de todo o país” (p. 33).

Os debates de 1853 no parlamento são o foco do segundo capítulo. Neste, a abertura dos rios para a navegação, em escala mundial, é apresentada como forma de contextualizar o leitor para o facto de que a navegabilidade dos rios era algo debatido em outras nações. O autor cita a proposta, apresentada ao Congresso de Viena de 1815, de aproveitamento do rio Reno para esta modalidade de exploração comercial, inspirando a mobilização de interesses pela abertura da Amazônia ao mundo. É o caso de uma figura como Cândido Mendes de Almeida, que surge como um dos primeiros defensores da importância econômica que a Amazônia representaria nos cenários internacionais. Neste capítulo recebe melhor atenção o acordo com o Peru, para navegação dos rios amazônicos, algo que despertou interesses de outras nações em explorar economicamente a navegação, ao mesmo tempo em que os deputados, preocupados com a soberania nacional, já denunciavam a tentativa de militarização desta região pelos franceses.

Neste sentido, salienta o autor que “a ocupação da Amazônia configura-se, portanto, como uma questão de soberania nacional, bem como da colonização de suas margens, o que teria sido estratégia do governo imperial para resolver os problemas criados com a pressão internacional para a abertura da navegação daquele rio” (p. 78).

Neste cenário de incertezas, a navegação do Amazonas mobiliza todo o Império. Temores internos e externos sobre a possibilidade de manter e consolidar a posse sobre a porção norte do território nacional suscitavam calorosos debates e ténues articulações políticas com as nações amigas. A ideia era “navegar para desenvolver”, e para este desenvolvimento, a colonização foi algo inevitável e acrescida à proposta política de uso do rio Amazonas e suas margens, disponível desde 1850.

No terceiro capítulo, conflagrando a reforma contratual de 1857, Gregório nos apresenta desdobramentos da concessão de navegação. Agora com a possibilidade, requerida por Irineu Evangelista, de revisão contratual junto ao governo imperial, dada a baixa rentabilidade e difícil execução da colonização prevista em contrato. Toda essa agitação contratual estava de acordo com parte dos senadores e deputados.

A colonização como estratégia é outro aspecto apontado pelo autor. Para ele, “esta era uma preocupação constante. A questão da navegação a vapor e como adoção de políticas de desenvolvimento da região amazônica passa a ser uma constante nos relatórios do ministério do Império” (p. 164).

No quarto capítulo, no entanto, os fatos apresentados tratam das discussões pela abertura da navegação no Amazonas, tal como no rio Negro. Citando ainda os rios Purus, Iça, Xingu, Madeira e Tapajós, os parlamentares da época consideravam que “abrir o rio Amazonas seria desenvolver sua região e isso jamais traria prejuízos para o Brasil” (p. 214). Neste capítulo, de forma muito apropriada, o autor aponta diversos debates que aconteceram em torno da navegação no Amazonas, tanto de natureza política, quanto econômica, colonialista e desenvolvimentista. O ano de 1864 entra na história da navegação do Amazonas, pois marca o encerramento dos debates. Assim, Gregório faz um chamado de alerta sobre a opção entre impor condições *versus* negociar tratados. Como poderão navegar o Amazonas? A exposição aqui se divide entre o aspecto nacional e internacional, mesclado com o da natureza regionalista de desenvolvimento econômico do norte do Brasil. Encerrando a primeira parte da obra, o quinto capítulo trata das medidas do poder executivo na década de 1860.

O autor apresenta uma explanação pontual dos acordos políticos da época. A navegação do Amazonas é, enfim, autorizada pelo imperador sem mais debates entre Câmara e Senado. O decreto número 3920, de junho de 1864, fixa a regulamentação que havia sido acordada sobre essa navegação. Nas palavras do autor: “terminava assim, de forma festiva, um longo processo em que estava em jogo a soberania nacional e a integração ao império de uma região cheia de potencialidades” (p. 257).

A segunda parte da obra assume como tema os esforços provinciais para navegar o Amazonas, abordando em dois capítulos a política do governo do Grão-Pará sobre a navegação do rio Amazonas e as negociações para navegação do Araguaia/Tocantins. Nestes, Vitor Marcos Gregório faz uma análise minuciosa e inovadora das medidas que levaram à abertura do rio Amazonas para navegação, de forma a considerar os aspectos políticos e econômicos da época, com os desdobramentos das negociações sobre as províncias já existentes.

Em “O governo do Grão-Pará e a navegação do rio Amazonas”, o autor discorre sobre fatos que datam de antes da criação da província do Amazonas, sobretudo no período de 1828 a 1850, onde já havia registros de tentativas em navegar tais águas. “Uma das primeiras preocupações do governo provincial era o estabelecimento de comunicações mais fáceis com as localidades do interior, no intuito de facilitar seu governo e de tornar mais efetivo seu controle” (p. 267). Com isso, as discussões na Assembleia Provincial foram retomadas, no intuito de fazer fluir a navegação e o projeto de colonização. O governo central, neste cenário, criou mecanismos legais que tornaram possíveis as navegações entre os anos de 1840 e 1850.

A criação da Província do Amazonas em 1850, dando corpo a um projeto que vinha desde 1820, foi um marco na abertura da navegação. Em meados de 1840 o governo imperial, por medida provisória, financiou a abertura de portos, mas apenas em 1853 a navegação foi iniciada entre Belém e Barra (posteriormente Manaus), em uma embarcação de nome Marajó. “Desenvolver a região Amazônica: este era o ponto central para os deputados defensores da criação desta nova província” (p. 294).

O autor aborda ainda neste capítulo vários aspectos de relevante importância ao entendimento da questão central da obra: a cabanagem; a exploração do látex; a falta de mão de obra qualificada; as instabilidades externas, sobretudo a presença dos Estados Unidos nesta região; a criação de gado bovino; a necessidade de o governo provincial realizar obras nos canais para permitir a navegação comercial a vapor na província do Amazonas.

No segundo e último capítulo intitulado “As negociações para navegação do Araguaia/Tocantins” o autor apresenta, de forma breve, as interpretações da historiografia brasileira sobre o regime político do Império, convocando para isto, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Ilmar Rohloff de Matos, Roderik Barman e José Murilo de Carvalho, historiadores consagrados pela vasta literatura acerca do Brasil Império. Apesar de fortes vínculos ao escopo da obra, a interpretação historiográfica proposta não é profunda. O conteúdo é retomado com as estratégias para navegar o Tocantins/Araguaia, evidenciando a participação do governo da província de Goiás, preocupado com as relações comerciais entre províncias. Assim, o autor evidencia as articulações entre as províncias do Rio de Janeiro, Goiás e Pará para pressionar o governo central com vistas à integração econômica da região amazônica. Porém

“a comunicação entre as províncias do Pará e de Goiás por via fluvial só foi alcançada em 1866” (p. 337), com o aval do governo de Belém, que acabou por financiar o projeto com recursos próprios. Enriquecida por uma ampla e diversificada literatura, guiada por premissas claras e bem articuladas, a obra de Vitor Marcos Gregório representa uma valiosa fonte de

informação histórica, política e econômica da região norte do país, que oferece aos estudiosos da questão Amazônica um enquadramento histórico-espacial apto a deixar entender muitas das manifestações atuais dessa questão.

*Luiz Felipe Barboza Lacerda
Reginaldo Conceição da Silva*

Cabral, Maria Luísa (2014), *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 534 pp.

Porque há que começar por uma ponta perante tão complexa trama, começo por António Ribeiro dos Santos, responsável pela Biblioteca da Universidade de Coimbra, erudito que em 1796 será chamado para Bibliotecário-Mor da Biblioteca Real da Corte em Lisboa, e uma das figuras reconstituídas neste livro. Maria I queria-o perto de si e fora dessa Universidade, decisão em que Maria Luísa Cabral lê o duplo ensejo centralizador do Estado: retirar uma cabeça aos Jesuítas, debilitando a Biblioteca da sua Universidade, dominante no panorama nacional; conseguir o saber e experiência únicos do bibliotecário, requeridos pelo projeto de uma biblioteca simultaneamente de iniciativa régia e com permissão de acesso a intelectuais e letrados, pensada para sustentáculo do poder próprio e para alimentar a produção do conhecimento científico e das letras e apoiar o ensino, dentro do novo contexto societal de transição.

Para contextualização do surgimento daquilo que considera um novo paradigma para a Biblioteca – antes designada Livraria – Real em Portugal, a autora

propõe um quadro heurísticamente rico, comparativo e integrador. Para tanto apresenta e reconstrói biografias das figuras que protagonizaram ou mais influenciaram essa mudança assim como as redes de intelectuais e de poder, nacionais e estrangeiras, onde se inseriam. Dá ainda a conhecer a cartografia de intelectuais e viajantes “para o Sul e para o Norte [...] com alguma] complementaridade: enquanto uns procuram sinais do exótico e do desconhecido” em Portugal, “outros procuram encontrar o conhecimento e as raízes profundas da história e cultura ocidentais” na Europa (p. 37). Dá a conhecer também quais e como eram até aí as quatro grandes bibliotecas setecentistas no país – Joanina, Mafra, Necessidades e Livraria Real – e como esse número se vai reduzir a duas, fazendo ladear – e mais facilmente cotejar e competir com – a Biblioteca Real com a Joanina, a da Universidade.

De tudo isto parte a sua tese central: a de que o anterior plano de João V, por concretizar e agora enfraquecido, para esse “significativo quadrilátero estratégico”¹ de bibliotecas é ultrapassado num “processo

¹ Expressão citada a partir de António Filipe Pimentel (2009), “A Biblioteca da Universidade e os seus espaços”, *in* A. E. Maia do Amaral (coord.), *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 18.

intencional” pelo governo de Maria I para tornar a Real Biblioteca “um instrumento do poder político na construção do Estado moderno” (p. 58), para o que se vai requerer consolidação e a mudança de paradigma que adiante referirei. Neste quadro, a referência à articulação com as Academias – a Real da História Portuguesa e a das Ciências – e às trabalhadas ligações da Biblioteca Real com diplomatas, viajantes e letrados, desde a época joanina, ampliam o espectro da análise.

A existência da biblioteca da Real Mesa Censória é ainda chamada a esta intrincada história da instituição, pela sua importância no panorama da cultura e pelo controlo do Estado e da Igreja sobre as ideias, enquanto casa que apreendia e retirava das ruas a literatura perigosa e que guardava os exemplares submetidos para aprovação de impressão. Na Real Mesa interveio Manuel do Cenáculo, figura associada ao desenvolvimento da moderna Real Biblioteca (RB), sendo que a coleção da anterior biblioteca da Mesa se integraria nela.

Mas que Cenáculo tenha tido o papel pioneiro na criação da RB, é o que Luísa Cabral, se não contesta liminarmente, pelo menos mitiga, revelando que as primeiras ideias para uma tal instituição surgiram, bem antes, em propostas precoces de Manuel da Maia. Podemos aliás, nesta confluência em Maia, entender o que os acontecimentos em torno do terramoto de 1755 imprimiram na vida da Biblioteca da Corte, pela destruição da sua coleção no incêndio subsequente e por ser ele tanto o engenheiro que planeou a recuperação urbanística da cidade, incluindo o palácio real, como o intelectual que escreveu sobre o papel de uma biblioteca – Iluminada – a dever ser parte integrante desse palácio, já que “nunca mais precisa [lhe] pareceu que [nessa] ocasião, nem ocasião mais própria” (p. 98).

O que Cabral conclui de forma sustentada e inovadora, e o que frequentemente

sublinha, é que na RB se reflete tanto a permanência do ideário iluminista europeu como a viragem modernizante que emerge da adoção de um “projeto regalista de governação” (p. 72) e dos princípios e processos dos fundamentos intelectuais da Biblioteca.

Em apoio da sua abordagem e conclusões referencial e anexa uma exaustiva e laboriosa lista de diplomas legais, cartas, e outras fontes documentais que, para além de manifestarem a sua abertura ao olhar da crítica, se posicionam como interessantes contributos para investigações em domínios próximos.

Quem foram então as “quatro personalidades” e “grandes intérpretes” (p. 91) que se cruzaram “na fronteira da modernidade” (p. 212) na criação e organização da Real Biblioteca Pública da Corte – além do engenheiro prático e com visão, Manuel da Maia? – Manuel do Cenáculo, o clérigo franciscano, bispo de Beja e erudito influente, a quem caberá a concretização daquela visão; o referido António Ribeiro dos Santos, o bibliotecário de pensamento metódico e pendor racionalista; e Rodrigo de Sousa Coutinho, o político, Ministro da Fazenda, a quem o bibliotecário reportaria e que nos aparece no livro como seu aliado certo. De todos eles são apresentadas e interligadas as biografias, assinalando em cada um dos papéis os aspetos mais destacados.

Esta monografia, minuciosa e extensa, seduz à leitura pela dinâmica da narrativa e pelo afeto intenso, não se privando por momentos de ser laudatória e de, num exercício de persuasão dialogante, chegar a interpelar a pessoa que lê com as suas hipotéticas perguntas, dando logo as respostas próprias. Noto pessoalmente que a autora, anterior responsável de topo da Biblioteca Nacional e responsável pela implementação da Porbase – a Base Nacional de Dados Bibliográficos –, professora de

biblioteconomia, agora investigadora do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), escreve sabendo e sentindo, marcando uma perspetiva não tanto de experiente bibliófila mas bem mais de construtora, ela mesma, de coleções e de percursos profissionais do livro. Creio ainda que o uso pela autora da expressão “serviço público” (p. 92, p. 244), ou “livre acesso” (p. 241) se pode contextualizar na sua precisa asserção de que “os livros assim reunidos se destinam a ser utilizados por um coletivo (um grupo de pessoas e não apenas pelo possuidor da biblioteca) e o entendimento de que o valor da coleção se prende intrinsecamente com a sua atualização, atendendo à crescente produção editorial (e intelectual)”, ou contextualizar-se ainda na linha de Manuel do Cenáculo, sobre a viragem que viveu em relação ao período medieval, enfatizando o “[variar] de ideias presas para ideias livres” (p. 113). Um contributo teórico central e com alcance interdisciplinar reside, quanto a mim, na abordagem de Maria Luísa Cabral ao paradigma de biblioteca pública moderna, aportando e debatendo conceitos epistemologicamente próximos e com contributos para a sua conotação e posicionamento histórico. Em síntese pessoal, caracterizaria esse seu conceito pela existência simultânea de: uma coleção, “a alma da biblioteca” (p. 240), constituída intencional e metodicamente, como um espaço próprio, majestoso; um sentido de organização para o progresso

que introduz e requer a abrangência enciclopédica, e com ela a seleção, englobando a presença de ideias adversas e retirando-as do exterior; um descentramento do possuidor (individual) e dos seus interesses pessoais e um centramento nas aptidões do bibliotecário profissional (e da sua rede de conhecimento), o qual dará sentido ao uso e conservação da coleção institucional; um catálogo, mercê do qual se providencia acesso ao público, em cuja organização se impregna uma cosmovisão sobre o conhecimento universal; um “regimento” estabelecendo funcionamento e forma de consulta; uma finalidade para a biblioteca, instrumento do Estado em centralização que fisicamente a desloca para junto da sua sede.

Parece-me assim que esta é uma obra importante para a história das bibliotecas, com produção escassa em Portugal e não só, tanto pela interpretação histórica da evolução da Biblioteca, a ser agora declarada pública, como para o aprofundamento de um debate sobre paradigmas e conceitos que, sendo inicialmente biblioteconómico, conflui para as ciências da cultura e do conhecimento.

A partir de *A Real Biblioteca e os seus criadores* propicia-se ainda a discussão do que se pode entender dos limites e alcances de ser a RB pública, partindo dos aspetos enunciadores e proclamatórios das políticas e das ideias que fundamentaram as bibliotecas nesse momento da História.

Paula Sequeiros

Machado, Helena; Prainsack, Barbara (2014), *Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI*. Coimbra: CES/Almedina, 288 pp.

Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI, de Helena Machado e Barbara Prainsack, publicado originalmente em inglês (*Tracing Technologies*

– *Prisoners’ Views in the Era of CSI*) pela editora Ashgate, explora as representações em torno das tecnologias forenses do ponto de vista de indivíduos condenados

a pena de prisão pela prática de crime. O enfoque nas perspetivas deste grupo social em concreto é particularmente inovador e esta é a primeira obra a examinar o modo como os reclusos experienciam as tecnologias usadas na cena de crime na *era do CSI*, seus significados e efeitos. Tal como refere Troy Duster no prefácio, é “[ampliada] a voz daqueles que até agora têm sido a parte silenciosa desse processo” (p. 18).

O crescente recurso às ciências forenses na investigação criminal tem sido alvo de atenção académica, destacando-se nos estudos sociais da genética forense e no panorama português o valioso contributo de Helena Machado (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). Esta obra resulta de uma investigação pioneira e uma análise empírica comparativa desenvolvida por esta investigadora e por Barbara Prainsack (King’s College, Londres), aliando-se dois estudos de caso desenvolvidos em Portugal e Áustria. Através da ciência e tecnologia é possível obter provas com base em vestígios físicos e biológicos que permitem identificar autores de crimes. A informação que advém destes vestígios é comumente encarada de modo muito positivo na identificação criminal e as impressões digitais e perfis de DNA são alguns exemplos destas ‘tecnologias que incriminam’. Tal expressão intitula o primeiro de nove capítulos, onde é apresentada a obra e os seus principais objetivos: explorar as representações dos reclusos quanto às tecnologias de cena de crime (principalmente o recurso a perfis de DNA) e as suas visões perante as bases de dados, sua carreira criminal e o seu futuro. Para tal, foram realizadas 57 entrevistas qualitativas junto de reclusos do sexo masculino em ambos os países.

O segundo e terceiro capítulos debruçam-se, respetivamente, sobre o caso austríaco e o português e sobre as características

específicas destes contextos ao nível das disposições legais em torno das tecnologias de identificação. As autoras demonstram como as especificidades de ambos os países em termos políticos, históricos e culturais influenciam as perceções dos reclusos entrevistados relativamente a estas tecnologias.

No quarto capítulo é questionada a influência dos *media* e as imagens culturais transmitidas em torno da infalibilidade da prova genética (nomeadamente em séries televisivas como o *CSI – Crime Scene Investigation*) nas representações dos reclusos sobre as tecnologias forenses. As autoras focam estas fontes de informação e os “padrões de exposição” mas também de “distanciamento crítico e reflexivo” nas representações dos reclusos sobre estas tecnologias, sendo alguns aspetos de tais cenários interpretados como irreais e ficcionais. Tal sustenta-se nas experiências pessoais dos reclusos com o sistema de justiça criminal, as suas trajetórias biográficas e o seu envolvimento com o mundo do crime e as tecnologias forenses. As autoras continuam no quinto capítulo a desenvolver uma análise em torno dos *media* e do imaginário cultural das tecnologias forenses, nomeadamente a perceção generalizada do DNA como infalível. Este é encarado como uma “máquina da verdade”, uma poderosa ferramenta tida como o ‘padrão de ouro’ da identificação, sendo revelada uma crença não só na sua eficácia na identificação de *criminosos* mas também a sua capacidade de ilibar relativamente a autoridades abusivas. Ainda assim, os reclusos manifestaram receios quanto ao mau uso da informação genética pelas autoridades policiais e a incriminação a que estão sujeitos quer por negligência, quer por más intenções. A máquina é encarada como sendo de confiança e os erros associam-se apenas a ações humanas. No sexto capítulo as autoras abordam a

crescente criação e expansão de bases de dados genéticos para usos forenses, sendo tal usualmente legitimado pela crença de que esta tecnologia poderá ser fundamental não só para a investigação criminal, mas também para a prevenção do crime. A avaliação dos reclusos sobre o papel destas bases de dados na prevenção do crime contraria esta crença no seu poder intimidatório e efeito dissuasor. Por um lado, grande parte dos crimes é cometida sem que os riscos sejam ponderados de forma racional e, por outro, no caso dos ‘criminosos profissionais’, os reclusos perspetivam que tal tecnologia levará a que sejam tomadas mais precauções para diminuir o risco de serem detetados. De facto, o corpo assume-se não só como o principal instrumento para cometer o crime mas também como um “veículo de risco” (p. 197) que permite a identificação. O conhecimento em torno das tecnologias forenses de identificação e a sua relevância pragmática associam-se assim a identidades profissionais e a uma hierarquia de criminosos: os que se identificam como tal e os que desejam reintegrar a sociedade (desvalorizando em termos instrumentais este conhecimento).

No sétimo capítulo é desenvolvida uma análise mais detalhada da prova de DNA e da sua importância na correção de erros da justiça, assumindo-se como um potencial ‘aliado’ na perspetiva dos reclusos. Tal temática é explorada no oitavo capítulo a propósito dos aspetos negativos do trabalho policial e da lógica dos ‘suspeitos do costume’, sendo o corpo *criminal* associado a um potencial estigma. As autoras referem-se aos efeitos de capacitação e incapacitação das tecnologias de DNA, servindo estas não só como forma de proteção contra erros e de contradição da lógica dos “suspeitos do costume”, mas também como fazendo parte de práticas de estigmatização.

Esta obra desenvolve-se em torno do olhar dos reclusos sobre as práticas e usos de vestígios corporais na investigação criminal. Este olhar tem por base uma perspetiva enraizada em experiências pragmáticas com a justiça e o crime, encaradas pelas autoras como “fragmentos de histórias da vida real” (p. 33). As tecnologias forenses têm impactos ao nível do autoconhecimento, noções de pertença e diferença e perspetivas futuras dos reclusos. A obra *Tecnologias que incriminam* apresenta uma inovadora pesquisa empírica, uma vez que constitui o primeiro passo no estudo sobre as representações de indivíduos condenados por crime em relação ao uso destas tecnologias. As autoras suscitam reflexões em torno destas tecnologias adotando uma perspetiva original, partindo de um olhar que não tem sido alvo de atenção e cuja experiência em relação às tecnologias usadas no decurso da investigação criminal tem sido ignorada ou subordinada às experiências “de outros especialistas”.

A dimensão comparativa entre os dois países e a discussão de ambos os estudos empíricos é uma importante contribuição para o debate em torno das tecnologias de identificação forense e um valioso contributo para futuros estudos empíricos e comparativos em torno dos usos destas tecnologias. Em particular, estudos de caso focados nas representações sociais do uso das tecnologias de identificação, de modo a explorar os seus impactos e efeitos. A avaliação do contributo destas tecnologias no combate ao crime é um dos aspetos que deverá ser alvo de pesquisas mais aprofundadas. Este estudo, ao colocar a tónica na perspetiva do indivíduo no qual a tecnologia de DNA é aplicada, demonstra-nos o seu ceticismo a respeito do suposto efeito dissuasor deste instrumento de identificação na prática criminal. Esta e outras considerações desafiam-nos a refletir sobre quem representa uma contribuição pertinente na

discussão destas temáticas e como é importante estudar os impactos destas tecnologias tendo por base a voz usualmente silenciada daqueles que são os principais alvos destas práticas de identificação. Tal como referiu

Troy Duster no prefácio desta obra: “este é um primeiro passo que deixa uma importante porta aberta”.

Diana Miranda

Soto, Alejandro (2014), *Goles y banderas. Fútbol e identidades nacionales en España*. Madrid: Marcial Pons Historia, 318 pp.

A discussão teórica sobre o fenómeno do futebol no domínio das ciências sociais surgiu apenas nos finais da década de 1960, na Grã-Bretanha, abrindo caminho a uma nova área de investigação. Apesar da variedade de perspetivas teóricas, o enfoque centrou-se, essencialmente, na questão da violência no contexto britânico. A partir da última década do século xx, os estudos estenderam-se a outras realidades empíricas com a publicação dos primeiros trabalhos sobre as culturas de adeptos na Europa do Sul e América Latina. Embora estas abordagens procurem realçar especificidades e diferenças relativamente ao contexto britânico, a preocupação central continua a ser o estudo da violência.

Apesar de algumas publicações abordarem as conexões entre futebol, projetos políticos e identidade nacional, a forma como a modalidade tem servido de arena social para a produção e promoção das identidades nacionais não se encontra, ainda, suficientemente bem explorada. Partindo deste défice teórico e analítico, Alejandro Soto explora a forma como o futebol constitui uma arena privilegiada de configuração, reconfiguração e disputa das identidades nacionais.

O livro encontra-se dividido em sete capítulos, conjugando um marco cronológico e temático. No primeiro capítulo, o autor introduz o leitor na importância do ‘efeito cumulativo dos meios’, recuperando a ideia, já desenvolvida por outros

investigadores, relativa ao papel dos meios de comunicação social na promoção e consolidação das identidades nacionais. Destaca-se, assim, a capacidade dos *media* em ‘falar sobre a nação’, convertendo-se num poderoso instrumento de disseminação das narrativas futebolísticas e, por conseguinte, da própria identidade nacional. Este efeito cumulativo, que se tem vindo a acentuar desde a década de 1940 até à atualidade, tem tido um papel decisivo no lugar central que o futebol ocupa na representação da cultura popular espanhola.

O segundo capítulo é dedicado à exploração daquilo que Soto apelida de ‘narrativa da fúria e do fracasso’, discurso hegemónico do século xx, que relaciona o futebol com a identidade nacional, projetando no povo espanhol atributos antagónicos. Trata-se de uma narrativa que combina um conjunto de características positivas, tais como a ‘paixão’, ‘coragem’ ou ‘valentia’ com um discurso fatalista, que atribuía o insucesso desportivo das equipas e da seleção a uma espécie de ‘maldição histórica’ que teimava em perseguir o povo espanhol. Ao longo do texto evidencia-se o duplo sentido da ‘fúria’ espanhola. Se, para os espanhóis, a ‘fúria’ era um termo positivo, que associava um estilo de jogo ‘aguerrido’, ‘ardente’ e ‘macho’, as representações exteriores iam no sentido oposto. De facto, de acordo com os discursos dominantes na imprensa britânica, holandesa, italiana

e francesa, a forma ‘furiosa’ de jogar das equipas espanholas não era mais do que um reflexo do próprio povo: violento, irracional, selvagem e subdesenvolvido. Depois de, no capítulo seguinte, se analisar a questão da redefinição da narrativa dominante, resultante da queda do franquismo, o quarto capítulo explora, com maior detalhe, as identidades espanholas das décadas de oitenta e noventa. Abandonando, progressivamente, a ‘narrativa da fúria e do fracasso’ os governos socialista e popular, juntamente com os *media*, continuaram a usar o futebol como fator de unidade nacional, procurando, agora, vincular o país e o povo espanhol à modernidade. As transformações das identidades nacionais desde o novo milénio até à atualidade são abordadas no capítulo cinco. De acordo com o autor, esta época ficou definitivamente marcada pela ‘morte’ da ‘narrativa da fúria e do fracasso’. Alejandro Soto mostra que, da mesma forma que a ‘fúria’ atribuída às equipas espanholas proporcionou a projeção de determinadas características no próprio povo, a conquista de títulos (especialmente da seleção nacional), aliados a um estilo de jogo ‘moderno e técnico’, criou condições para a emergência de novos discursos celebratórios da nação. A consolidação desta ‘obesidade patriótica’ terá facilitado um processo de “recuperação popular do Estado-Nação espanhol e a normalização das expressões patrióticas” (p. 243).

O capítulo seis é dedicado à análise das transformações das identidades nacionais na Catalunha nas últimas décadas. Num território marcado pela disputa simbólica entre a identidade catalã e espanhola, destaca-se o papel desempenhado pelo Barcelona, desde a governação de Primo de Rivera, enquanto aglutinador do ‘catalanismo’. Embora os discursos dominantes apresentem, por um lado, o Barcelona como representante da nação catalã democrática, e por outro, o Real Madrid como a

essência do autoritarismo e do centralismo, essa narrativa mascara uma realidade mais complexa. Segundo a leitura do autor, o resultado dessa confrontação nacionalista não resultou na rejeição do ‘espanholismo’, mas sim na afirmação de uma ‘dupla identidade’: catalã e espanhola. Para suportar este argumento, Soto apoia-se, em parte, nas manifestações populares nas ruas das cidades catalãs, aquando da celebração dos títulos recentemente conquistados pela seleção espanhola. No entanto, tal como o próprio autor reconhece, a estrondosa vaia dos adeptos do Barcelona e do Athletic de Bilbao ao hino nacional, na final da ‘Copa do Rey’ de 2012, sugere a existência de um elevado grau de animosidade relativamente aos símbolos estatais.

O último capítulo explora o papel do Athletic de Bilbao e da Real Sociedad, enquanto fontes de identificação coletiva, através das suas participações na defesa da autonomia do nacionalismo basco, das suas relações com o Herri Batasuna e com o PNV, na participação ativa nas campanhas de libertação dos presos políticos, no ensino do euskera, bem como o seu papel na criação da seleção nacional basca. A politização dos clubes expressa-se, também, por exemplo, no facto do Athletic de Bilbao seguir uma política de governação única no contexto do futebol (que consiste em contratar apenas jogadores de origem basca ou que tenham sido formados nas ‘escolas’ do clube), tornando-o num ícone da identidade basca. Numa sociedade altamente politizada, os principais clubes bascos produziram laços fortíssimos com a região, ao mesmo tempo que operam como espaços nos quais se reproduz uma narrativa que apresenta Espanha como o ‘outro’ nacional, militarista, centralista e repressor, independentemente do regime político em vigor.

Soto destaca, igualmente, o significado político e cultural das celebrações das

conquistas da seleção espanhola protagonizadas, maioritariamente, pelas camadas mais jovens da população. A repressão fascista, a que se seguiu a hegemonia nacionalista basca, aliada à violência política da ETA, tornou a sociedade hipersensível aos símbolos nacionais. Neste contexto, as celebrações das ‘identidades proibidas’ no espaço público indiciam a emergência de uma nova narrativa que desafia a hegemonia absoluta da identidade basca, ao mesmo tempo que contribuem para uma redefinição da própria identidade nacional. Partindo da ideia de ‘nação’, enquanto um complexo conjunto de metáforas, mitos e imagens que se reproduzem no âmbito discursivo, o livro mostra, de uma forma muito bem documentada, o poder do futebol não só na reprodução, como também na contestação das narrativas nacionais dominantes e na consequente criação de contranarrativas. Está-se, efetivamente,

perante uma obra de interesse inegável, que enriquece o debate teórico dos estudos sobre futebol e sociedade. Pena é que Soto não tenha explorado a questão racial e o seu impacto na produção em torno das ideias de nação. Ainda que, ao longo do livro, se sublinhe que a ideia de uma Espanha ‘branca e católica’ tenha feito parte da narrativa nacional franquista, esse debate não é aprofundado. Além disso, sugere-se, implicitamente, que esse discurso ‘racializado’ seja, apenas, produzido pela extrema-direita e pela direita conservadora. Tendo em consideração a temática explorada na obra, a introdução de perspetivas críticas sobre ‘raça’, racismo e colonialismo, vinculadas às narrativas futebolísticas, contribuiria, inquestionavelmente, para um novo entendimento acerca do processo de produção das identidades europeias.

Pedro Almeida

Hisakhana Pahoona Corbin

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, Rua Augusto Corrêa, 1, Guamá
66075-110 Belém, Pará, Brasil
Contacto: drcorbin7@gmail.com

Luis E. Aragón

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, Rua Augusto Corrêa, 1, Guamá
66075-110 Belém, Pará, Brasil
Contacto: luis.ed.aragon@hotmail.com

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Universidade do Estado do Amazonas
Avenida da Amizade, n. 74 - Centro - Tabatinga, Amazonas
Código Postal: 69640-000 - Brasil
Contacto: luizpsico@hotmail.com

Reginaldo Conceição da Silva

Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Universidade do Estado do Amazonas
Avenida da Amizade, n. 74 - Centro – Tabatinga, Amazonas
Código Postal: 69640-000 - Brasil
Contacto: reginho.obi@hotmail.com

Paula Sequeiros

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: paulasequeiros@ces.uc.pt

Diana Miranda

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.NOVA UMinho,
Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.
Contacto: dianam@ics.uminho.pt

Pedro Almeida

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: pedroalmeida@ces.uc.pt
